



MUITO URGENTE

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofício n.º 2092/MAP - 05 JULHO 05

pel' **DSATS**
A Secretária-Geral

**Exma. Senhora
Conselheira Adelina Sá
Carvalho
Secretária-Geral da
Assembleia da República**

PS 16
[Handwritten signature]

S/referência S/comunicação de N/referência Data
Registo N.º 1916 04-07-2005

Assunto: RESPOSTA AO REQUERIMENTO N.º 10/X/1ª DO SENHOR DEPUTADO PAULO BAPTISTA SANTOS E DANIEL REBELO (PSD) - CRIAÇÃO DA COMARCA NO CONCELHO DA BATALHA/INSTALAÇÃO DE JULGADOS DE PAZ

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 3147, de 04 de Julho de 2005, do Gabinete do Ministro da Justiça, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe.

Á DAPLEN
[Handwritten]

Com os melhores cumprimentos,

[Handwritten signature]
A Directora de Serviço

A Chefe do Gabinete

[Handwritten signature]

Maria José Ribeiro

[Handwritten signature]
Para preparar o expediente
6 JUL 2005
na Direção

SMM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
3697
Gabinete da Secretária-Geral
06/07/05
Proc.º n.º _____

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
Entrada N.º 01109 em 2005-07-06



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

GABINETE do MINISTRO
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 1916

Data 04 / 07 / 2005

Exmo. Senhor
Chefe de Gabinete de Sua Excelência
o Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249 - 068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. 24/MAP

SUA COMUNICAÇÃO
22.03.2005

NOSSA REFERÊNCIA
Pº 1121/2001 Pasta A
Nº **3147**

LISBOA - 4 JUL 2005

**ASSUNTO: Resposta ao requerimento n.º 10/X (1ª) - AC
Criação da Comarca no Concelho da Batalha/instalação de Julgado
de Paz**

Em referência ao ofício acima mencionado e na sequência do requerimento identificado em epígrafe, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, relativo à Remodelação do Tribunal Judicial da Comarca da Batalha, vimos pelo presente prestar os seguintes esclarecimentos:

1 - Vai o Ministério da Justiça desenvolver algum estudo técnico que analise a criação de novas comarcas e ampliação do parque judicial existente?

Conforme consta do programa do Governo, a gestão racional do sistema judicial requer o ajustamento do mapa judiciário ao movimento processual, a adopção de um modelo de gestão assente na valorização do presidente e do administrador do tribunal e a reavaliação do período de funcionamento dos tribunais.

Neste sentido, o Ministério da Justiça irá avaliar a organização territorial tendo em vista reorganizar o actual Mapa Judiciário ponderando as necessárias medidas à racionalização dos recursos físicos, humanos e financeiros da justiça, no estrito respeito pelo princípio Constitucional do acesso ao Direito e Justiça.

2 - Em caso positivo, quando é que dele será dado conhecimento público e, nos termos legais, enviado ao ora requerente?

Neste momento, e dada a complexidade do processo, ainda não existe uma data definida para a apresentação do estudo, prevendo-se a sua execução no decurso do ano de 2006.

AM/AC



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

3 - Tendo em conta a situação exposta e os objectivos emanados nas bases programáticas do Partido Socialista que suporta o XVII Governo Constitucional, não considera o Ministério da Justiça uma prioridade a criação da Comarca da Batalha ou a possibilidade de instalação naquele concelho de um Julgado de Paz?

Neste momento, e uma vez que se encontra em avaliação a gestão racional do sistema judicial e o correlativo ajustamento do mapa judiciário, dever-se-á aguardar pelas conclusões desta avaliação.

No que respeita aos Julgados de Paz, há que salientar que o Governo aposta inequivocamente neste tipo de instância de resolução de litígios. Nesse sentido, o Ministério da Justiça acordou com o Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), através da DINÂMIA – Centro de Estudos Sobre Mudança Socioeconómica – a realização de um Plano de Desenvolvimento da rede de Julgados de Paz.

Objectivo central desse Plano é estabelecer critérios objectivos relativamente à localização de novos Julgados de Paz, à sua área de abrangência territorial e ao seu dimensionamento, abandonando definitivamente a prática da sua criação com base em fundamentos casuísticos.

O Plano de Desenvolvimento da rede de Julgados de Paz será apresentado até ao final deste ano, para que já em 2006 se criem novos Julgados de Paz de acordo com o mesmo.

No ano de 2005, as verbas relativas à instalação de novos Julgados de Paz já estavam comprometidas à data da tomada de posse do XVII Governo, em consequência dos protocolos assinados pelo anterior Governo com os Municípios de Sintra, Coimbra, Sta. Maria da Feira e Trofa.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete,

(Filipe Costa)

AM/AC